

Integração e identidades culturais na América Latina

Nilson Alves de Moraes

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Nossa análise tem uma premissa que pretendemos esteja presente e oriente nossa compreensão do processo de integração do Brasil na América Latina ou do processo de integração latino-americano: o desenvolvimento é também um fenômeno cultural.¹

A Constituição do Brasil, de 1988, estabelece a integração do Brasil com os povos latino-americanos como o principal objetivo das relações internacionais brasileiras. Lafer² afirma que a constitucionalização de princípios das relações internacionais cumpre algumas funções: como 'princípio', pretende constituir 'padrões jurídicos' situando-a como elemento normativo e normatizado; como 'limite', estabelecer os parâmetros em que as relações e políticas externas devem ser situadas; e, finalmente, como 'estímulo', produzir uma direção em que estejam definidas as prioridades da ação externa. Às elites políticas e econômicas da América Latina, o discurso e as políticas de integração regional são traduzidos como termos sinônimos de Mercosul e Alca. Durante mais de uma década assumiu-se que esse era o sentido privado da palavra e do processo de integração.

Uma ideia encontra-se presente em diversas análises e projetos: as relações internacionais são orientadas ou se fazem pelas ideias e ideais de cooperação e complementaridade entre as partes. Tal encaminhamento resulta de um paradigma fundamentado em dois extremos. De um lado o descritivismo, que dificulta a contextualização e análise do tema e, de outro lado, pelo abstracionismo que dificulta a compreensão e idealiza a presença e as práticas dos atores sociais e seus projetos. O resultado desses paradigmas fundadores é que a compreensão do tema não se fundamenta na análise histórica, mas nas vontades e projetos dos atores.

O debate integracionista transcende estas questões e demonstra que a integração pode ser construída como um processo histórico e social ou como uma opção estratégica. A integração funda-se na História e nas instituições. O processo de integração em curso pelos Estados nacionais e interesses privados de diferentes naturezas e origens é pensado como uma constituição e implementação de uma estrutura de tipo intergovernamental, estimulada pelos blocos e países, como recurso utilitário.

Observando o debate sobre integração e cooperação na perspectiva da sociedade, alguns temas e prioridades emergem como prioritários. Considerando a cultura como um instrumento de integração, o estudo de diferentes processos de integração na América Latina elucida uma situação imprevista pelo discurso lógico. Ferreira, uma intelectual de explícita influência analítica gramsciniana, destaca que na História da América Latina a integração foi um dado permanente e que, nesse continente, é um vigoroso instrumento de dominação.³

Cultura é a configuração complexa e tensa como a sociedade – entendida como segmentos articulados à totalidade – institui símbolos, os conserva e os transmite. Cultura é a ordem social e simbólica da existência humana, que se relaciona por meio de linguagens e ao longo do tempo. A cultura se transforma em referência fundamental – mas não a única – com a realidade que institui a identidade de uma sociedade e com os outros, estabelecendo a diferença e a alteridade.

A cultura das classes dominantes produz uma situação de conflito. Toda expressão de classe ou de cultura diferente é tratada como ‘inferior’ ou ‘exótica’, incapaz ou desmerecedora de crédito ou de respeito. A cultura das classes populares latino-americanas é secundarizada e não ‘assimilada’ pela cultura branca, e assim é transformada num simulacro daquelas existentes nos centros dinâmicos do capitalismo. Portanto, a cultura dominante age no sentido de reduzir ou inviabilizar a cultura das classes populares se fazer presente no sistema de comunicação. Esse sistema rechaça e desqualifica os projetos e estéticas diferentes e é, por definição e necessidade, antidemocrático e excludente.

A cultura aceita e recomendada é aquela transformada em mercadoria e, muitas vezes, em entretenimento. A cultura das classes populares ou subalternas resiste e desafia os projetos e estéticas globalizadores e homogeneizadores através de recursos e instrumentos que se constituem no interior do próprio sistema (sistema centrado no consumo). Há que se observar que, ao longo de cinco séculos de exploração e ocupação continental, a América Latina sofreu diferentes processos de integração, sujeitando-se a diferentes e contraditórios objetivos, estratégias e cronogramas.

A conquista do território, os interesses e momentos a partir dos quais ele é expandido ou reduzido e o modo histórico de sua ocupação produtiva e social fazem parte da estratégia européia que produziu uma consciência e um imaginário para o passado da América Latina, como também para suas angústias e limites presentes. Imaginário no sentido amplo. Imaginário entendido como um conjunto articulado e partilhado de representações que a sociedade – indivíduos, grupos, instituições – faz do mundo e das relações que a cerca:

como este mundo e suas relações são percebidos, concebidos, reproduzidos e, a partir deste processo, como as representações são constituídas e o que elas pretendem informar ou demonstrar. Dessa forma, o imaginário social está referido à cultura da qual faz parte, e esse imaginário remete à visão de mundo que se pretende constituir.

A América Latina é um lugar social que produz espaços identitários, um lugar preenchido por símbolos e significados diferentes entre os povos locais, que demonstram a 'domesticação' simbólica, relacional e produtiva de um continente que desconsiderava a lógica histórica e cultural européia, permitindo que fossem produzidas marcas para constituir e reconstituir o *novo continente* para os locais, para aqueles que estavam em outros continentes ou falavam de um lugar diferente do latino-americano.

A colonização na América latina é um empreendimento complexo e diferenciado nas diferentes regiões, segundo os objetivos imediatos a serem desenvolvidos. A colonização é um sistema fundado na unidade integradora dos setores articulados ao centro de poder, e desintegradora do ponto de vista das classes subalternas. Tal relação promove uma integração que atende a alguns interesses e permite – sem que seja este o seu interesse – a formulação de formas alternativas de enfrentamento e de estar-no-mundo destes atores sociais que se redefinem face à nova situação sócio-histórica em que se encontram. Dessa forma, a análise da cultura, em seu sentido amplo, e da integração cultural na América Latina é fundamental para a compreensão do processo histórico e sócio-cultural regional. E essa análise só é possível quando ela enfatiza a identidade cultural da América Latina e as suas relações com o sistema e o mercado simbólico mundial formado ou articulado pelo capitalismo.

O debate cultural na América Latina exige que sejam consideradas duas ordens de problemas: multiétnicidade e pluralidade. Sob qualquer aspecto, a região se caracteriza pela riqueza e diversidade cultural. Esta riqueza e esta diversidade são observadas na perspectiva da estética e no volumoso patrimônio histórico e social.

Analisar a cultura como uma variável do desenvolvimento é subestimar o seu significado. Ao contrário do discurso que se impõe na América Latina, o desenvolvimento é de fato um produto cultural. A análise da cultura como processo do desenvolvimento considerando dimensões específicas ou parciais corresponde a uma visão equivocada e desvirtua a compreensão do fenômeno.

Para ação política ou promoção de política pública de cultura eficaz é necessário considerar a cultura em seu sentido amplo: cultura como um conjunto de usos e valores, partindo de uma cosmovisão onde a cultura é organização social e forma de acesso organizado e racional à natureza.

Teixeira Coelho⁴ considera que a cultura “trata do acervo total de símbolos e do saber a partir do qual os membros de um grupo se interpenetram a si mesmos e ao mundo em que estão”.

A formação de uma sociedade planetária integrada e solidária é uma possibilidade. Já uma cultura planetária, ao contrário, não é possível. O mesmo pode ser constatado quando a questão da sociedade e da cultura é colocada para a América Latina, pois sociedade e cultura são dimensões e relações que se estruturam socialmente de forma distinta. A sociedade integrada pela economia, política, tecnologia e meios de transportes é uma consequência direta e previsível da dinâmica adotada pela ação da economia, dos governos, das agências internacionais, pelos atores governamentais ou não-governamentais. Na cultura o desafio é produzir uma coexistência, uma harmonia em que o pluralismo é significativo para os indivíduos e comunidades, a tolerância e, mais que uma condição, uma atitude de respeito.

O modelo de ocupação e colonização da América Latina não foi marcado por esses parâmetros. Embora diferenciado de região para região e pelas conjunturas específicas, foi caracterizado por reunir elementos geográficos, linguísticos, culturais e sociais de diferentes regiões, obrigando, à força, muitas vezes, que esses indivíduos e grupos de diferentes características assumissem a convivência e a negociação mútua como condições necessárias à própria sobrevivência. Assim, os hábitos, costumes, línguas, mitos, rituais, a produção artesanal, as danças, concepções religiosas, o sentido político, a expressão estética e os costumes foram incorporados e modificados no cotidiano do continente, passando a constituir elementos da identidade cultural desses povos. A vastidão do território e a ocupação descontínua promoveram diversos modos e graus de contatos, ‘contágios’ e ‘mestiçagens’, possibilitando a confluência e a interpenetração de culturas, sistemas e estilos que eram próprios a grupos específicos.

A riqueza cultural – diversidade – foi vivida, se reproduziu e se modificou ao longo dos tempos graças à força que a tradição oral conseguiu na região. A tradição oral é uma fonte de saber, uma forma de transmissão de conhecimento, de organização social e produção de sentido para os indivíduos e grupos sociais. A tradição oral – fundada em mitos e lendas – oferece uma cosmovisão, ela é central na geração de uma cultura das classes subalternas. A cultura que as classes subalternas representam diferencia o patrimônio cultural daquela constituída e vinculada pelo bloco no poder.

Canclini considera que a cultura é o “espaço de manifestação de conflitos”. Nesse sentido, é acompanhado dos estudiosos dos chamados *estudos culturais*. Canclini nos diz que a “cultura é o conjunto de processos materiais e simbólicos através dos quais se compreende, reproduz e transforma a estrutura social”⁵.

Isto significa que a compreensão de que a cultura possa ser transformada em mercadoria, não obedecendo a uma lógica de fronteiras nacionais, modifica o esforço dos mercados regionais que, se acredita, necessitam ser preservados em face dos projetos globalizadores que promoveriam a homogeneização dos gostos, costumes e bens culturais.

Ferreira considera, a partir do processo ambíguo e conflituoso da sociedade no qual a cultura está mergulhada:

de um lado, o poder popular como memória de outra realidade, tanto política como simbólica, como matriz amordaçada, negada, como resistência e réplica ao discurso hegemônico; de outro lado, como oposição ao discurso hegemônico que a nega frente ao qual desenrola uma luta desigual que remonta ao conflito de classes, ao conflito entre a realidade da abstração mercantil e a do intercâmbio simbólico.⁶

Canclini observa que a construção material de sentido social, constitui ao mesmo tempo a identidade cultural, e essa constituição simbólica permite ao autor afirmar que “a cultura é o corpo da identidade”, o lugar da resistência e o espaço de produção das alternativas.

A cultura é dotada também de uma materialidade, ela não é apenas um elemento discursivo e simbólico. A ideia de cultura subalterna inclui-se em um campo semântico e ideológico que desloca o conceito de uma possível determinação econômica e permite compreender o modo de participação diferenciado dos grupos e classes sociais na produção material e na produção simbólica da sociedade. A cotidianidade dos processos históricos e simbólicos e a dominação cultural no âmbito ou na produção da hegemonia expressando-se, também, em diferentes esferas do social. Fundado no legado étnico-cultural, principalmente de índios e negros, eles serão os pilares da herança cultural que foi formulada na região, fundamento da resistência e da produção de novas identidades. De outro lado, demonstra a existência e convivência de novos conflitos no sistema capitalista e dificuldades de integração, como o projeto bolivariano se empenhou em produzir.

Lugar social e simbólico de integração e conflito, a cultura ressignifica elementos e informações introduzidas da cultura negra de origem africana, a cultura local de origem indígena e a cultura produzida e transferida da Europa ibérica. São estas, em particular, elementos motores do longo e rico processo em curso na América Latina que favorece a resistência à globalização, demonstrando outras possibilidades além daquelas anunciadas ou pretendidas pelo processo em curso. A cultura que surge desse processo interacional provoca uma dupla condição e tensão: a local e a global. A identidade local possui

uma face e a identidade global uma apropriação diferente do mesmo processo, trata-se de um olhar produzido pela memória e vivência do grupo em relação a uma lógica que se orienta por uma indústria cultural. Silenciar, quantificar, estabelecer estágios ou critérios classificatórios, desconsiderar ou desqualificar as culturas é um esforço em evitar a participação de atores sociais e grupos nos processos sociais.

Os processos culturais, a sociedade e as relações culturais e sociais ajudam a repensar a sociedade e a cultura latino-americana. Ajudam a repensar a formação histórica, cultural e social do continente. São mais que conceitos em si, são referências de práticas, saberes e relações sociais que ganham complexidade quando vividos por segmentos da população ou se constituem como referência de ações e políticas estatais. Ao longo do século XX, na América Latina, o discurso público, de intelectuais, artistas e movimentos sociais, ressaltou, em diversas conjunturas, a importância da cultura, o seu papel unificador do espaço e das relações geográficas e nacional. O mesmo conceito que se encontra sob suspeita entre os cientistas sociais. Para a sociedade e o Estado, políticas e reflexões sobre reconhecimento e pluralidade cultural são as condições para a produção de novas relações sociais e simbólicas.

No século XVIII, ideologias e intelectuais movidos por influência do idealismo, como Herder, pensavam a cultura considerando a sua dimensão homogeneizadora, a especificidade étnica e a frontal diferença, e, por vezes, antagonismo em relação a outras culturas. Esta percepção transforma-se num modelo em que cada cultura passa a ser reconhecida ou se constitui como uma identidade pura, associada a um espaço específico. O nacionalismo, que está subjacente a esse modo de compreensão, e suas expressões institucionais e simbólicas fornecem as condições para a entrada e reconhecimento de cada nação – e, por extensão, os indivíduos, as classes e grupos sociais – no sistema formado nos parâmetros da modernidade capitalista.

O discurso triunfante do projeto moderno encontrou seu ponto máximo no início do século XX, quando a nação, o discurso sobre a nação, e a promessa de integração destas nações numa nova perspectiva de progresso – identificada com o processo vivenciado na Europa – permitiam a existência de uma organização e estetização de bens materiais e artefatos locais que remetiam à ideia de 'ordem nacional'. Nesse momento da História, as elites da América Latina reclamavam o direito a serem modernas, e confundiam isso com as imagens, as representações de velocidade, de urbanização, de industrialização e articulação internacional como símbolo e sinónimo de progresso e civilização. A cultura – herdeira da tradição idealista – organizava e atribuía sentidos específicos de vida coletiva.

Nos anos 1970, os desafios tecnológicos, as novas formas de compreensão da vida coletiva e da cultura pela sociedade e, em particular, pelos movimentos sociais, o aprofundamento dos debates teóricos coloca a cultura sobre um novo olhar. O olhar sobre a cultura não é mais individual, as reflexões sobre o tema se fazem em forma de redes de informação. Organizando redes de pesquisadores envolvidos com temas de cultura, García Canclini aponta a hibridação como elemento constituinte e referencial das nações e culturas latinas.

Canclini é o responsável por uma reflexão inovadora sobre a cultura na América Latina. Criticando as ideias produzidas no contexto intelectual e estético do moderno, Canclini incorpora em suas análises a crítica à noção de totalidade e condição pós-moderna presentes nas obras de Lyotard e Harvey, e recorre à sociologia da cultura como sugerida por Bourdieu. A etnografia, no trabalho de Canclini, é um recurso analítico importante, que exige complexas técnicas de pesquisa e conhecimentos empíricos. O mesmo ocorre com a articulação entre território e cultura, que constituem metáforas do espaço e da fronteira expondo as várias instâncias de desterritorialização, que se encontram em permanente movimento e deslocam do seu domínio tradicional e privilegiado em que os indivíduos e grupos se envolvem, coexistem e competem. Esta é a essência do híbrido, no ser múltiplo e não em um ser homogêneo e monocórdio. Novos pontos e padrões de interseção cultural.

Em *Noticias Recientes sobre la Hibridación*⁷, Canclini demonstra que, na construção híbrida dos povos latino-americanos, teriam contribuído, principalmente, os europeus originários dos países ibérico, os indígenas locais e os povos da África obrigados a conviver numa nova condição. Cinco séculos mais tarde, um novo e acelerado processo está em curso acelerando as trocas e as relações societárias. As novas tecnologias de comunicação, a articulação planetária promovida pelas empresas de transportes e os movimentos migratórios que reúnem em grandes centros urbanos e produtivos diversas realidades e vivências existenciais e culturais ampliam o diálogo e o intercâmbio entre culturas e continentes. A aproximação acelerada pela modernidade tornou-se um processo instantâneo e envolve simultaneamente indivíduos e grupos de diferentes regiões planetárias.

O conceito de hibridação – de origem biológica e que possui significados discordantes – é usado para analisar as culturas. Trata-se de um conceito utilizado para descrever e analisar processos interétnicos e de descolonização⁸ sobre as sociedades e os processos globais⁹ novas fronteiras e entrecruzamentos que se realizam em diferentes experimentos artísticos, literários e de comunicação.¹⁰ Híbrido é um conceito incapaz e desinteressado em produzir univocidade e, em alguns casos, provoca a utilização do conceito de sincretismo em usos de análises religiosas; de mestiçagens para temas e objetos históricos e das ciências sociais;

de fusão em música, artes plásticas e estruturas imagéticas. Rita de Grandis¹¹ considerava que só o debate interdisciplinar poderia dar conta da hibridação.

Em *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*¹² Canclini parte da ideia de que hibridação são processos socioculturais em que “estruturas ou práticas, que existiam em formas separadas, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas”. Esse hibridismo, que produz ou viabiliza a existência de novas sínteses e elementos, caracterizou o século XX em diversos campos colocando em mesclas ou misturas interculturais.

A hibridação permite reconverter e ressignificar patrimônios e artefatos, e, com isso, oferecer uma nova reconversão, novos usos e sentidos. As tecnologias e novos materiais introduzidos oferecem e reformulam o uso ou o sentido, permitindo e estimulando uma apropriação original dos elementos. Isto demonstra que o intelectual, o artista ou o usuário não se volta para a hibridez, mas principalmente para a análise, usos e processos de produção de processos de hibridação. Tal processo atinge – de forma diferente – a sociedade e constitui um movimento constante de ‘entrada e de saída’ desta condição, numa condição de trânsito e provisória em que as relações interculturais harmonizam ou resultam em situações ou condições inconciliáveis. O novo ou a síntese produzida, segundo Cornejo Polar, não significa a eliminação das diferenças e das lutas nas práticas reunidas.

Tomando o fenômeno da identidade por esse enfoque teórico é possível compreender uma série de operações de “seleção de elementos de distintas épocas articuladas pelos grupos hegemônicos, num relato que lhes oferece coerência, dramaticidade e eloquência”.¹³ A identidade não se reduz a um conjunto de traços fixos, como essência de uma etnia, de uma nação ou pelas maneiras que grupos e religiões estáveis se imaginam e constroem relatos sobre a sua origem e desenvolvimento, como cada membro ou grupo se apropria, modifica e expressa os repertórios de bens e mensagens disponíveis nos circuitos e relações transnacionais e regionais, gerando novas formas de segmentação. A ideia de *latino-americano*, portanto, é fluida, inconsistente e implica em uma dupla condição: aquele que é latino-americano e o outro que não é latino-americano, sendo que o latino-americano é uma construção diferente no espaço e no tempo. Ao mesmo tempo, é uma estratégia de produção de identidade admitida e reconhecida pelos outros.

Esses problemas – caso sejam verdadeiros – fazem a antiga e mal-formulada questão que mobilizava os modernos retomar sua força e significação: existe uma identidade capaz de cobrir os indivíduos e grupos que constituem a América Latina? A quem interessa essa resposta? Ticio Escobar demonstra em

seus estudos que as identidades perderam seus fundamentos, ares heroicos e referências territoriais mas, também, seus grandes formatos. Ele destaca que o termo 'identidade latino-americana' não expressa uma unicidade, mas:

a existência de um cenário comum de diferentes processos de auto-afirmação, cuja única oportunidade de traçar um perfil próprio ou de conservá-lo, estará dado por sua resistência a ser identificado no discurso uniformizador da região.¹⁴

Barros enfatiza que uma identidade cultural:

supõe que os indivíduos que esta abarca, ou que comparte com ela, se sintam mais identificados com seus elementos comuns de todos os tipos, que com elementos similares do exterior, do qual não estão de modo algum desvinculados e com eles inclusive podem estar interagindo ativa e permanentemente.¹⁵

É possível afirmar que o fenômeno de identidade cultural permite a existência de um orgulho e um afeto daqueles que pertencem ou se sentem ligados a uma identidade, a um sentimento de pertencimento.

A identidade cultural latino-americana não é uma unicidade, é o conjunto das diversas identidades culturais existentes e produzidas numa dada região, em que o sentimento de pertencimento do mesmo espaço geográfico, socioeconômico, linguístico e cultura é um elemento integrador. Um sentimento de riqueza e afeto diante da consciência que cada país deste vasto continente é a um só tempo multiétnica e pluricultural. A identidade cultural latino-americana produz uma unidade na diversidade, uma integração tanto das identidades como das sociedades, mas não permite a existência de uma cultura única.

Barbero considera que o 'revival identitario' abre caminho contra "as mil formas que hoje se reveste a exclusão cultural, política e social" e, de outro lado, que o autoconhecimento expressa-se como reação, como "espaços de memória e solidariedade, e como lugares de refúgios em que os indivíduos encontram uma tradição moral".¹⁶

A Ásia e a África (dois grandes modelos pouco explicativos, reduzidos a espaços físicos – continentes – e desprovidos de História) e a Europa (outra uniformidade inexistente) constituem processos diferentes daquele que ocupou a América Latina e a unificou no imaginário social. A América Latina continua a ser retratada como um conglomerado exótico e distante dos padrões 'civilizados'.

No momento histórico em que o Estado e suas instituições, empresas e movimentos sociais fazem da cultura ações e políticas em disputas de

orientação e controle, o desenho de políticas transnacionais e transétnicas se modifica e se instrumentaliza. A essência do processo de globalização é transformar em fluxo e interações desenraizadas os processos delimitando fronteiras, fronteiras que são previsíveis e possíveis na cultura que se instala e que compete com outros processos sociais e culturais que escaparam ou se fundamentaram fora desses limites.

Enquanto Ferreira destaca o papel da cultura como elemento estratégico na mobilização que as classes subalternas exercem na sociedade latino-americana, buscando influenciar no processo histórico e reinventando os modos de ser, fazer e compreender influenciando na vida social e política, Canclini analisa a cultura como *mezclas interculturales* que é também um fenômeno de classe social, mas é marcado principalmente pela intensa mudança, pelas trocas e influências que não são necessariamente relações de classes. Os dois autores possuem, em comum, a capacidade em influenciar novas reflexões e, com isto, novos atores e projetos sociais continentais em desenvolvimento.

As repetidas afirmações de que, diante dos efeitos da globalização econômica e da planetarização social e cultural, as formas localizadas estariam ameaçadas não parecem se confirmar.

Esse fenômeno da ameaça à cultura de uma região não seria apenas voltado ao povo latino-americano, mas, graças à presença e ao uso intensivo das novas tecnologias, estaria ameaçando especialmente a sobrevivência cultural da América Latina.

O cotidiano, cenário que revela as lutas e diferenças sociais, expressa as tensões e complexidades produzidas no social, é onde se realiza a comunicação e a informação; onde ocorrem as experiências materiais concretas e de produção de subjetividades, comportamentos e representações; onde se produz ou não o processo de mudanças societárias e individuais.

A América Latina, aos olhos dos analistas e de sua população, revela-se de modo plural; sua história permite afirmá-la como uma teia, como cenários ou povos cujas culturas inviabilizam que sejam domadas por qualquer modelo abrangente ou totalizador. Inexistem instrumentais e metodologias razoáveis para trabalho com esta pretensão. Para um cientista humano ou social, o melhor campo de observação e análise dos povos que formam ou constituem a América Latina talvez esteja em elementos micros ou do cotidiano: as festas, os artesanatos, o consumo material e simbólico regional.

Constatamos que alguns elementos são constantes nos discursos produzidos pelos pensadores, políticos, gestores e mobilizadores sociais que tomam a América Latina como objeto. Os dirigentes, artistas e intelectuais envolvidos com a reflexão sobre a questão nacional e regional, sobre a cultura popular na

América Latina designam a região como um espaço social. Um espaço privilegiado e dotado de diversidade, uma região tomada como conjunto mais ou menos lógico e fragmentos territoriais e demográficos que acolhem, produzem, incentivam e permitem a convivência simultânea com sujeitos e grupos sociais compromissados com diferentes identidades e culturas. Sujeitos e culturas polifônicas e irrequietas. Indivíduos e culturas que constituem e imprimem forças e processos libertários e culturais capazes de superar todas as desventuras que a história condenou. Portanto, o que daria a marca latino americana seria a capacidade de se renovar, de se reinventar, de retomar e superar todas as formas e estratégias de dominação e controle. Uma região condenada a ser diferente, plural e indomável. Uma região onde a indiferença é uma impossibilidade.

Nesse sentido, é tarefa complexa ou, no mínimo, muito difícil, definir o que seja uma 'identidade latino-americana'. Esta ideia exige ser escrita no plural. Esta dificuldade não deve ser reduzida a uma armadilha histórica ou incapacidade dos modelos teóricos em explicar tal situação, ela possui uma raiz histórica. Nesse esforço, estamos condenados a admitir ou considerar que os estudos e os enfoques sobre o tema carregam estereótipos, simplificações e preconceitos. No Brasil é possível constatar a existência de um discurso ambíguo e politicamente significativo: o Brasil é e, ao mesmo tempo, não é parte constituinte da América Latina. O Brasil é parte e ao mesmo tempo possui especificidades que dão singularidade ao seu processo histórico. O Brasil é latino americano, mas ao mesmo tempo sua referência é o Atlântico norte.

Notas e Referências

- 1 Neste sentido, é importante assinalar que este trabalho é parte inicial das reflexões desenvolvidas em contato com os produtores do Centro de Estudos Latino Americanos da Universidade de Varsóvia. A preocupação inicial era o estudo das culturas na produção do imaginário científico que marcam o olhar e a construção das análises sobre a América Latina.
- 2 Celso LAFER. *A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira*. São Paulo: Perspectiva, 1993, p. 17.
- 3 Maria N. FERREIRA. *Cultura Subalterna e Neoliberalismo: a encruzilhada da América Latina*. São Paulo: CELACC – ECA/USP, 1997, pp. 17-18.
- 4 J. TEIXEIRA COELHO. “Da Política Cultural à Cultura Política – Propostas para uma política cultura continental” In: *Contato – Revista Brasileira de comunicação, arte e educação*. São Paulo, 1999, p. 37.
- 5 Nestor Garcia CANCLINI. *Cultura y Comunicación: entre lo global e lo Local*, La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 1997.
- 6 Maria N. FERREIRA. “A Cultura como Elemento de Integração do MERCOSUL”. *Comunicação & Política*. Rio de Janeiro: CEBELA, v. 8, n. 3, 2001.
- 7 CANCLINI. *Noticias Recientes sobre la Hibridación*. 1999.
- 8 Homi K. BHABHA. *The Location of Culture*. London and New York: Routledge, 1994; Robert YOUNG. *Colonial Desire*. www.robertyoung.com, 1995.
- 9 David HARVEY. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo, Ed. Loyola, 1995.
- 10 Stuart HALL. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A. 1995; Jesus M. BARBERO. *Dislocaciones del Tiempo y nuevas topografías de la Memoria*. Mexico: 1999.
- 11 Rita DE GRANDIS. “Processos de Hibridação Cultural” in: *Imprevisíveis Américas*, Porto Alegre: Sagra-DC, 1995.
- 12 CANCLINI. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 1996, p. 76.
- 13 Antonio CORNEJO POLAR. “Mestizaje y Hibridez: los riesgos de las metáforas”. *Revista Iberoamericana*, v. 63, n. 180, 1997, pp. 67-68.
- 14 Ticio ESCOBAR. *Identities in Transit*. Mimeo, 1999, p. 5.
- 15 Alfredo Jiménez BARROS. “Desarrollo, Cultura e Identidad en América Latina”. *Eccos*. São Paulo: UNINOVE, n. 1, v. 3, 2001.
- 16 Jesus M. BARBERO. “Identities: traditions and new communities”. *Comunicação & Política*. Rio de Janeiro: CEBELA, v. 9, n. 1, 2002, p. 132.